CONIMBRIGA

VOLUME LVII • 2018

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

Fernandes, Lídia, *Viagem ao Passado Romano na Lusitânia*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2016, 475 pp., ilustrado [ISBN978-989-626-764-3].

https://doi.org/10.14195/1647-8657_57_11

A autora deste livro, volumoso pela dimensão e pela densidade de informação que disponibiliza, é uma arqueóloga competente a que não falta a sensibilidade para a história e, mesmo, para a pequena história do quotidiano, menos fácil de recuperar com autenticidade do que por vezes se considera, sobretudo num território como é o da Lusitânia romana, onde as fontes literárias são parcas, por vezes repetitivas, deixando às fontes arqueológicas o peso da reconstituição do cenário em que se moveram os luso-romanos, elas próprias sujeitas ao exercício, frequentemente arriscado, da interpretação. Ao longo da leitura da obra teremos oportunidade de encontrar estas circunstâncias presentes em muitas ocasiões.

Fisicamente, o volume tem bom aspecto, com numerosas ilustrações, ainda que algumas sejam um pouco baças. A mancha, todavia, exige um certo esforço de leitura, o que nem sempre é facilitado pela matéria. A autora explica-nos não ser sua intenção oferecer um guia das *Antiguidades da Lusitânia*, procurando antes projectar sentimentos suscitados por este ou aquele lugar, este ou aquele monumento, esta ou aquela leitura. Ousaremos dizer que estamos perante um livro que descreve os sítios para, afinal, evocar os que neles viveram e como viveram, o que a autora faz recorrendo repetidamente às fontes epigráficas, quase sempre com bons resultados. Esta característica da obra é, aliás, sublinhada no elucidativo prefácio da autoria de José d'Encarnação (p. I-IV).

Antes de iniciarmos uma análise a *Viagem ao Passado Romano na Lusitânia* permitimo-nos duas observações. Em primeiro lugar parece-nos estranho que para imagem da capa se tenha escolhido uma gravura que representa o templo de Saturno, no *Forum Romanum*, à época de Piranesi, ignobilmente denominado *Campo Vaccino*. Seria preferível optar por um monumento lusitano, alguns dos quais contam com imagens desde o século XVI. Dado não se tratar de uma descrição generalizada de monumentos arqueológicos da província, aliás com reduzida presença de sítios espanhóis, seria talvez mais indicado um título abrangente, como *Viagens ao Passado Romano na Lusitânia.* Recordo um pequeno livro, da autoria de Henri-Paul Eydoux, cujo título e a forma co-

loquial do texto[1], correspondem bem ao que parece ser o objectivo principal da autora. Temos, assim, um relato fluido, permitindo o tratamento de sítios e temas mais ou menos avulsos, o que atenua a estranheza provocada pela ausência de estações arqueológicas como *Conimbriga*, *Ammaia*, *Ebora* ou *Mirobriga*. É certo que numa viagem, mesmo de lazer, ou talvez por isso mesmo, não se vai a todos os lados e a pendente sentimental ou a formação intelectual do viajante podem determinar itinerários menos ortodoxos.

Assim, indicaremos o índice da obra no sentido de melhor esclarecer os leitores sobre o conteúdo da mesma. Eis os títulos dos capítulos: *A Lusitânia* (p. 17-48), *As torres perdidas* (p. 49-61), *Habitar a província* (p. 63-89), *Por terras de Bobadela: A esplêndida terra a não esquecer* (p. 91-129), *Egitânia, a esquecida* (p. 131-165), *Ponte de Alcântara: a ponte* (p. 167-185), *Nas proximidades da Batalha: tudo o que foi* (p. 187-204), *Augusta Emerita: uma capital para sempre* (p. 205-241), *Lisboa, para sempre Olisipo* (p. 243-306), *Alcácer: a cidade dos golfinhos* (p. 307-330), *Por terras do Sul: as planícies que escondem segredos* (p. 331-343), *Beja, a cidade branca e bela* (p. 345-381), *Milreu* (p. 383-404), *Ossonoba: tão longe e tão próximo de Roma* (p. 405-412), *Balsa: a cidade perdida* (p. 413-426). Encerram o volume as *Notas* (p. 427-457) e a *Bibliografia* (p. 459-475), esta a pedir algumas adendas no tocante a certos investigadores.

Como uma das preocupações da autora é a de interpretar a recepção do passado luso-romano, começaremos exactamente por alguns problemas subjacentes à ideia de Lusitânia, a discutir em termos de herança ou continuidade. Dirão alguns que ao utilizarmos o termo luso-romano nós próprios estamos a incorrer numa atitude comprometida com conceitos marcados por razões nacionalistas herdadas do século XVI. Seja como for, dado que a obra se ocupa apenas da Lusitânia, a sul do Douro, o problema perde significado, embora não nos custe utilizar o referido conceito generalista, mesmo que de forma literária, como sempre ocorre, no bom sentido, com este tipo de denominações[2]. No decurso deste importante capítulo inicial Lídia Fernandes refere-se largamente ao uso nacionalista recente do conceito, aludindo, neste contexto, à imagem de Lisboa no ano da Exposição do Mundo Português (p. 20-21).

Todos sabemos que tais certames obedecem a condicionalismos recorrentes, entre os quais a afirmação da identidade nacional, circunstância que, ontem como hoje, se encontra na primeira linha política de várias ideologias. Não resistimos a transcrever uma opinião coeva, sugestiva de outras leituras: *Lisboa, que havia construído a mais estupenda exposição que já houve no mundo sorria um sorriso um pouco triste* […]. *Não tendo um exército, não ten-*

---

[1] H.-P. Eydoux, *Promenades dans la France Antique*, Paris, 1965.

[2] Como antes se encontravam denominações comerciais e outras incluindo a Lusitânia, encontramos agora o prefixo Euro por todo o lado. Modas ou condicionalismos sociopolíticos? Por onde para a identidade, mesmo artificial?

do canhões, havia erguido contra o ferro do invasor todas as suas sentinelas de pedra: os poetas, os exploradores, os conquistadores. O passado inteiro de Portugal, na falta de um exército e de canhões, barrava o caminho[3].

Outras reflexões, sobre a figura de Viriato ou sobre a popularidade dos aurigas levam-nos a recordar o discurso do Presidente Mitterrand no Monte Beuvray, *haute lieu de l'histoire de France*, e a evidente impossibilidade de, na Roma antiga, o nome de um desportista ser atribuído a um complexo da importância de um aeroporto internacional. Quando se comparam sociedades, e este é um exercício salutar, por vezes o grande caminho pós-modernista transforma-se bruscamente numa vereda, mais difícil de transitar que as vias romanas sobre as quais se construiu a primeira unidade da Europa, talvez ainda a única verdadeira.

Vamos seguir a ordem dos capítulos e a propósito faremos as observações que nos parecem mais pertinentes. Assim, a indicação dos *Cobelci* na famosa inscrição da Ponte de Alcântara (*CIL* II 760), só pode resultar de um lapso (p. 51), ainda que tivessem existido, como cremos, outras placas na referida ponte. Ao discutir a pequenez da capital da *Civitas Cobelcorum*, a autora poderia ter explorado o facto de a cidade romana ter sido, antes de mais, um centro político e moral, dispensando, como na Beira, uma população numerosa e grandes equipamentos. Esta questão ganha particular importância a propósito da Torre de Centum Celas (p. 63-77). A bibliografia sobre este sítio arqueológico é abundante, ainda que, como Lídia Fernandes sublinha, continue a não existir consenso quanto à função do monumento. Como já tivemos oportunidade de propor, pelo menos desde há uns trinta anos, sempre considerámos as ruínas como de uma *mansio*, a partir da qual se desenvolveu um *vicus*. Este é um processo evolutivo normal, sobretudo naquelas situações em que, na ausência de centros urbanos, se lhe acrescentou uma função administrativa. Mais de uma vez invocámos o exemplo de Stonea Grange, na Inglaterra, centro administrativo e comercial dos *Icenii* anterior ao desenvolvimento de *Venta Icenorum* (Caistor), cuja arquitectura e funções correspondem bem ao que terá existido em Centum Celas[4].

A viagem continua para sul, o que permite aferir as diferenças entre a qualidade da romanização, sem que se possa continuar a defender a tese da incapacidade integradora romana, convindo antes reconhecer o pragmatismo do processo, largamente ditado pela cultura e pela paisagem. A autora descreve com pormenor a estrada antiga de S. João de Areias (Tábua), que classifica como romana (p. 93-96), como já nos aconteceu. Na verdade, esta estrada, como outras, deve situar-se cronologicamente pelo século XVIII, tal como a ponte que a serve, hoje submersa no Mondego. Ainda por terras de Bobadela

[3] A. de Saint-Exupéry, *Cartas do Pequeno Príncipe*, Belo Horizonte, 1986, p. 13.

[4] Vasco Mantas, "A rede viária romana em Portugal. Estado da questão e perspectivas futuras", *Anas*, 21-22, 2008-2009, p. 254-255.

sublinhamos a chamada de atenção da autora para o abandono da estação de Lomba do Canho (p. 117-122), grave num país que conta com escassos testemunhos castrenses romanos. Outro monumento da região, a Igreja de S. Pedro de Lourosa (p. 122-129), cuidadosamente descrita por Lídia Fernandes, levanta problemas diferentes, decorrentes da reutilização de materiais romanos e seu real significado. Nova estética, como propõe a autora, ou simples retrocesso?

Passemos agora a Idanha-a-Velha (p. 131-165), aldeia cujo eclipse temos acompanhado desde os anos 70 do passado século, e onde vivemos dias de trabalho com o grande fotógrafo que foi Delfim Ferreira e tivemos longas conversas com Adelino Beatriz Ramos, cuja memória nos permitiu resolver alguns problemas epigráficos egitanienses enquanto ia desfiando lembranças das *meninas e meninos* estudantes de D. Fernando de Almeida. Não vemos nenhuma razão para que possa ser considerada a data de 16 a.C., ano da doação do relógio, como marco da concessão do direito latino aos *Igaeditani* (p. 136). Este problema, menos simples do que alguns pretendem, é aflorado várias vezes na obra e merecia uma análise mais elaborada por parte da autora. Parece hoje evidente que a tradicional atribuição da cidade romana, a partir da repartição das tribos Galéria e Quirina, por Augusto e pelos Flávios, não é satisfatória. Escavações recentes em Idanha-a-Velha, agora retomadas com algum *marketing* promocional[5], comprovaram o que a epigrafia já permitia deduzir, ou seja, o desenvolvimento do núcleo urbano sob Augusto. Todavia, em relação ao templo principal do forum (p. 158), dedicado a Júpiter, continuamos a defender a existência de uma plataforma frontal e uma remodelação do complexo numa fase posterior, esta sim, correspondente a uma mudança de estatuto.

A Ponte de Alcântara merece o tratamento que lhe é consagrado na obra. Sobre esta grande obra de engenharia romana cumpre-nos traçar alguns comentários, tanto mais que se têm desenvolvido algumas discussões em torno da mesma, na sequência da já velha polémica acerca da autenticidade das epígrafes que lhe estão associadas. A referência a duas placas de bronze não corresponde às informações mais antigas sobre as inscrições do arco (p. 172). Tudo leva crer que as placas eram em mármore, como se pode confirmar pela que subsiste num dos pilares do arco, ainda com vestígios da inscrição. Também a transcrição da inscrição *CIL* II 760, bastante confusa (p. 173), nos merece reparo, o mesmo quanto ao valor métrico da milha romana, para o qual não há provas de um valor diferente de 1481 metros, deixando a autora lugar à dúvida (p. 174).

Quanto à ponte propriamente dita, é possível que a sua construção se tenha iniciado sob o principado de Domiciano. Não consideramos a localização do arco no centro da ponte caso único (p. 177). Não só a implantação do edifício dificulta essa possibilidade como existem testemunhos, nomeadamente

[5] Nomeadamente com intervenção de uma conhecida cantora brasileira.

numismáticos, de arcos no centro de pontes. A encontrar-se no início da ponte deveria ter-se levantado na margem direita, o que nada sugere[6]. De igual forma, a arquitectura da ponte não corresponde minimamente ao modelo da Ponte de Augusto, em Mérida (p. 184). Finalmente, o objetivo da ponte foi, decerto, a valorização da região interior da Lusitânia, entre o Tejo e o Douro, no âmbito da atribuição do direito latino, com ou sem municipalização, às *civitates* desse território, através da revitalização do eixo Mérida-Braga[7].

O valor da epigrafia é muito bem destacado pela autora quanto trata das antiguidades de *Collipo* (S. Sebastião do Freixo). Mas o problema da inscrição em granito de *Alfidianus* (p.199), construtor de um templo, desaparecida depois de dada a conhecer por Tavares Proença, antropónimo que sugerimos ler *Aufidianus*, poderá ter outra explicação (e outra interpretação, cremos). Não será uma inscrição de Idanha-a-Velha? A capital, *Emerita Augusta*, tem tratamento merecido e equilibrado em relação ao conjunto da obra. A propósito das características arcaizantes do talhe da cantaria nos monumentos emeritenses, posto em relevo por Lídia Fernandes, a mesma observação foi já feita por Gaspar Barreiros, quando se refere ao que considera estultícia em certas fontes medievais[8]. Ainda uma última observação. O nome antigo do rio Guadiana, *Ana*, deve substituir a forma *Anas*, anteriormente considerada para este hidrónimo. Medellín, que começa a ser mais conhecida graças ao seu belo teatro, é tratada com elegância e sobriedade.

Como seria de esperar o grande capítulo desta obra é o que Lídia Fernandes dedica a *Olisipo*, sublinhando um fenómeno urbano de *longue durée*. O teatro da cidade e a sua história são cuidadosamente explicados, o mesmo se passando com outros monumentos da cidade romana e com a história arqueológica da capital portuguesa. Diremos mesmo que Lisboa ganharia muito se a autora redigisse um volume exclusivamente dedicado a *Felicitas Iulia Olisipo*. Permitimo-nos apenas discordar da atribuição das Termas dos Cássios ao famigerado Cássio Longino, preferindo seguir a opinião de Marie-France Loyzance, favorável aos *Cassii* olisiponenses[9]. O criptopórtico da Rua da Prata, naturalmente, merece larga atenção (p. 295-300), sem que se defina a verdadeira função do edifício, onde Cardim Ribeiro pretende ver a infraestrutura de um forum comercial[10].

---

[6] A localização do templete, sobre cuja autenticidade não duvidamos, impediria essa localização. Por outro lado a referência de al-Edrisi sugere a localização central: *Kantara-as-Saif é uma das maravilhas do mundo. É uma fortaleza construída sobre uma ponte*.

[7] Vasco Mantas, *As vias romanas da Lusitânia*, Mérida, 2012, p. 235-253.

[8] Gaspar Barreiros, *Chorographia de alguns lugares*, Coimbra, 1561, p. 20-21.

[9] M.-F. Loyzance, "À propos de Marcus Cassius Sempronianus Olisiponensis, Diffusor Olearius", *Revue des Études Anciennes*, 88, 1986, p. 273-285.

[10] J. Cardim Ribeiro, "Breve nota acerca do criptopórtico de Olisipo e da possível

Mais a sul, cada vez com um aroma mediterrânico mais acentuado, Alcácer do Sal, a cidade da deusa *Salacia*, vai justificando a rivalidade com *Olisipo* e mostrando os seus traços orientalizantes. A referência da autora ao templo do forum salaciense (p. 318-321), dotado de uma abside, leva-nos a considerar a hipótese de se tratar de um edifício consagrado a uma divindade feminina, recordando a propósito o mal conhecido *Templo de Vénus* das ruínas de *Mirobriga*. A capitual conventual, *Pax Iulia*, é tratada com largueza, merecendo sublinhar a meticulosa atenção atribuída aos capitéis achados em Beja (p. 347-351). À pergunta – Quem são os *Pacensis* ? – a autora procura responder através da epigrafia, comprovando a qualidade de cidade mista, mas minimiza um aspecto importante: quem eram os colonos iniciais? Cremos, por várias razões, entre as quais o topónimo romano da cidade, que os primeiros contingentes terão sido constituídos por veteranos das legiões desmobilizadas e dissolvidas do exército de Marco António, ao abrigo da política conciliadora de Octaviano: *Ob Civis Servatos!*

Os capítulos algarvios iniciam-se com Milreu (p. 383-404). Esta muito importante *villa* dos arredores de Faro conta presentemente com bibliografia de grande valor, o que não impede que subsistam problemas de interpretação do sítio, mais difíceis de resolver que as questões arquitectónicas. Não vamos discutir aqui as características do estabelecimento, nem a nossa proposta da sua identificação com *Statio Sacra*, pois nos limitaremos a felicitar a autora pela sua imaginativa descrição, que podemos considerar uma evocação na linha das reconstituições pictóricas de Lawrence Alma-Tadema. Faro, indiscutivelmente *Ossonoba*, assume no contexto da obra o lugar que lhe compete como grande centro comercial, cuja promoção a cidade romana preferimos atribuir a Cláudio e não a Vespasiano, como defende Lídia Fernandes (p. 411).

Finalmente, encontramos as ruínas das ruínas de *Balsa* (Luz de Tavira), tratadas num capítulo triste. Apesar da massiva destruição permitida ao longo dos anos e denunciada por muitos espíritos ilustrados, as conivências e o desinteresse exerceram os seus direitos sobre um sítio que deveria ter sido bem defendido. Sem atribuir a *Balsa* a extensão que alguns lhe concedem, a verdade é que poderíamos ter hoje uma cidade marítima luso-romana capaz de ombrear com outras, com a vantagem da diferença, ditada aqui pelo Golfo de Cádis, portal do mundo mediterrânico. Dois reparos: o vocábulo *Barca* conhece-se em epígrafes tardias, navais[11], do Norte de África e da Britânia; as inscrições do circo (*IRCP* 76-77), de fugidia identificação, fazem parte do acervo do Museu do Carmo, em Lisboa, e não do Museu Nacional de Arqueologia (p. 420).

Não cremos conveniente comparar as destruições em Palmira com o que sucedeu em *Balsa*, uma vez que estamos perante cenários diferentes. No primeiro caso trata-se de violência ideológica, onde a destruição de símbolos

---

localização do fórum corporativo", *Bracara Augusta*, 48, p.191-200.

[11] Chester. G. Starr, *The Roman Imperial Navy***,** Chicago, 1993, p.120, 123.

tem uma importância fundamental[12], ao passo que em *Balsa* temos um longo processo de desleixo e irresponsabilidade, onde o conceito rentabilidade funcionou ao contrário da fórmula actual. Nos anos cinquenta do século passado deambulámos amiúde entre Santa Luzia e Torre de Aires, durante longas férias tavirenses. A perda de *Balsa* não deixa de ser, assim, uma perda de memórias repletas de brisa e ocasos para lá do Monte Figo. Talvez por isso não aceitamos estar perante *um final pouco feliz* (p. 425-426). Apesar de tudo, prospeções geofísicas recentes, injustamente criticadas, comprovaram a sobrevivência de vestígios importantes a salvar, enquanto não surge um projecto privado como o que permitiu proteger e valorizar as ruínas de *Ammaia*, em Marvão[13].

Talvez esta obra que Lídia Fernandes nos oferece contribua para salvar *Balsa* e outros sítios ameaçados, e não apenas pelo abandono. Só se ama e defende o que se conhece e, quanto a isso, a mensagem da autora é muito clara, tanto como ao não adoptar o acordo ortográfico de 1990. A história é sempre restituição de uma imagem de espelho, como a da capa, através da óptica do investigador, mesmo imparcial. A presente obra é um exemplo desse processo de imaginação controlada e vem preencher convenientemente uma lacuna na literatura arqueológica portuguesa.

Vasco Gil Mantas
Universidade de Coimbra

[12] Vasco Mantas, "Meditação sobre a ruína das ruínas", *Humanitas*, 69, 2017, p.111-145.

[13] Referimo-nos, naturalmente à meritória acção da Fundação Cidade Romana de Ammaia, com a qual colaborámos vários anos. Para *Balsa*, o primeiro passo seria adquirir os terrenos classificados, através de uma fundação que angariasse os fundos para o referido fim e possibilitasse o desenvolvimento de um projecto de investigação como objectivo de longo prazo aberto a várias entidades.